REVISTA PRÁXIS Educacional

10.22481/praxisedu.v22i53.21075

ARTIGO

TRABALHO, CARREIRA E ENVELHECIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A PRÉ-APOSENTADORIA NA EDUCAÇÃO DA BAHIA

WORK, CAREER, AND TEACHER PROFESSIONAL AGING:
REFLECTIONS ON THE PRE-RETIREMENT STAGE IN EDUCATION IN BAHIA

TRABAJO, CARRERA Y ENVEJECIMIENTO PROFESIONAL DOCENTE:
REFLEXIONES SOBRE LA PREJUBILACIÓN EN LA EDUCACIÓN DE BAHÍA

Claudia Cristiane Andrade Barros[1] 0000-0001-8486-7629
Franciny D'Esquivel Dutra Brizola[1] 0000-0002-9093-7803
Berta Leni Costa Cardoso [3] 0000-0001-7697-0423

[1] Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Vitória da Conquista, Bahia, Brasil; claudiacrisbarros@yahoo.com.br; fan.dutra@gmail.com
[3] Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Guanambi, Bahia, Brasil; bertacostacardoso@yahoo.com.br

Resumo:
O presente artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva teórica, as relações entre trabalho, carreira, envelhecimento profissional e qualidade de vida dos docentes da educação básica da rede pública estadual da Bahia, considerando as implicações da reforma previdenciária instituída pela Emenda Constitucional n. 26/2020. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado em pesquisa bibliográfica e na discussão de documentos normativos, articulando contribuições sobre trabalho e saúde docente, valorização profissional, precarização e pré-aposentadoria. Parte-se da compreensão de que a docência constitui uma atividade relacional complexa, marcada por exigências físicas, cognitivas e socioemocionais que podem repercutir nas condições de saúde ao longo da carreira. A discussão problematiza a pré-aposentadoria como etapa atravessada por expectativas e tensões entre a preservação da saúde, a continuidade da atividade profissional e a segurança financeira. A análise teórica sugere que condições de trabalho desfavoráveis e a insuficiência de iniciativas institucionais de acompanhamento e preparação para a aposentadoria podem ampliar vulnerabilidades no final da carreira. Argumenta-se que a valorização profissional exige articulação entre políticas educacionais, saúde do trabalhador e previdência social, contemplando o reconhecimento dos saberes acumulados e as especificidades do envelhecimento na profissão. Conclui-se que a pré-aposentadoria docente deve ser compreendida para além dos requisitos legais, como processo de transição que demanda atenção institucional e aprofundamento por meio de investigação empírica.
Palavras-chave: trabalho docente; envelhecimento profissional; qualidade de vida no trabalho; reforma previdenciária; pré-aposentadoria.

RECEBIDO: 4 de agosto de 2023 | APROVADO: 17 de outubro de 2026 | PUBLICADO: 29 de outubro de 2026

Abstract:
This article aims to theoretically analyze the relationships between work, career development, professional aging, and quality of life among teachers in basic education within the public school system of the state of Bahia, Brazil, considering the implications of the pension reform introduced by Constitutional Amendment No. 26/2020. This theoretical essay is based on a bibliographic review and an analysis of relevant regulatory documents, drawing on scholarly contributions addressing teaching and occupational health, professional recognition, work precarization, and the pre-retirement phase. It is grounded in the understanding that teaching is a complex relational activity involving physical, cognitive, and socio-emotional demands that may affect teachers' health throughout their careers. The discussion examines pre-retirement as a stage shaped by expectations and tensions surrounding health preservation, continued professional activity, and financial security. The theoretical analysis suggests that unfavorable working conditions and the lack of adequate institutional initiatives to support teachers and prepare them for retirement may increase their vulnerability toward the end of their careers. It argues that professional recognition requires coordination among educational policies, occupational health measures, and social security policies, taking into account the recognition of accumulated professional knowledge and the specific characteristics of aging within the teaching profession. The article concludes that teachers' pre-retirement should be understood beyond the fulfillment of legal requirements, as a transitional process that requires institutional attention and further investigation through empirical research.
Keywords: teaching work; professional aging; quality of working life; pension reform; pre-retirement.

Resumen:
El presente artículo tiene como objetivo analizar, desde una perspectiva teórica, las relaciones entre el trabajo, la carrera profesional, el envejecimiento profesional y la calidad de vida de los docentes de la educación básica de la red pública estatal de Bahía, Brasil, considerando las implicaciones de la reforma del sistema de pensiones establecida por la Enmienda Constitucional n.º 26/2020. Se trata de un ensayo teórico basado en una investigación bibliográfica y en el análisis de documentos normativos, que articula aportaciones teóricas sobre el trabajo y la salud docente, la valoración profesional, la precarización laboral y la etapa previa a la jubilación. Se parte de la comprensión de que la docencia constituye una actividad relacional compleja, caracterizada por exigencias físicas, cognitivas y socioemocionales que pueden repercutir en las condiciones de salud a lo largo de la trayectoria profesional. La discusión problematiza la etapa previa a la jubilación como un período atravesado por expectativas y tensiones entre la preservación de la salud, la continuidad de la actividad profesional y la seguridad económica. El análisis teórico sugiere que las condiciones laborales desfavorables y la insuficiencia de iniciativas institucionales de acompañamiento y preparación para la jubilación pueden incrementar las situaciones de vulnerabilidad al final de la carrera profesional. Se sostiene que la valoración profesional exige una articulación entre las políticas educativas, la salud laboral y la seguridad social, que contemple el reconocimiento de los saberes acumulados y las particularidades del envejecimiento en la profesión docente. Se concluye que la etapa previa a la jubilación docente debe comprenderse más allá de los requisitos legales, como un proceso de transición que requiere atención institucional y un mayor desarrollo mediante investigaciones empíricas.
Palabras clave: trabajo docente; envejecimiento profesional; calidad de vida laboral; reforma del sistema de pensiones; etapa previa a la jubilación.

Introdução

A docência na educação básica pública exige, para além do domínio de conhecimentos disciplinares e pedagógicos, um trabalho relacional sustentado na interação com estudantes, famílias, equipes escolares e políticas institucionais. O exercício profissional mobiliza a voz, o corpo, a atenção e a capacidade de interpretar situações singulares. Em carreiras longas, essas exigências se articulam às transformações curriculares, tecnológicas e administrativas, compondo experiências distintas de continuidade e desgaste. A análise do envelhecimento profissional precisa, portanto, considerar o modo como a vida laboral é organizada, e não somente a idade do trabalhador (Tardif, 2014; Nóvoa, 2022).

O tempo de serviço possui sentidos que não cabem integralmente nos registros funcionais. De um lado, expressa construção de saberes, vínculos com a comunidade escolar e reconhecimento de uma trajetória; de outro, pode acumular exposições a condições de trabalho inadequadas, sobrecarga e sofrimento. Envelhecer ensinando não equivale, necessariamente, a adoecer: experiências de apoio institucional, autonomia e condições satisfatórias de trabalho podem produzir trajetórias positivas. A questão analítica é compreender em quais condições a permanência na docência favorece realização ou intensifica vulnerabilidades.

Na fase de pré-aposentadoria, essa ambivalência adquire maior visibilidade. A aproximação do desligamento pode significar oportunidade de descanso e reorganização da vida pessoal, mas também provocar dúvidas sobre renda, pertencimento, continuidade de vínculos e identidade profissional. Quando há mudanças nas regras previdenciárias, as expectativas construídas ao longo da carreira precisam ser reconsideradas. No caso da Bahia, a Emenda Constitucional n. 26, de 31 de janeiro de 2020, constitui referência normativa central para problematizar essa transição (Bahia, 2020a).

Interroga-se, nesse contexto: como as relações entre condições de trabalho, envelhecimento profissional e qualidade de vida ajudam a compreender a pré-aposentadoria docente, e que questões a reforma previdenciária baiana de 2020 acrescenta a essa discussão? O objetivo é analisar teoricamente tais relações no âmbito da educação básica estadual da Bahia, articulando literatura sobre trabalho docente e envelhecimento com o debate sobre as mudanças previdenciárias.

A relevância da reflexão está em recusar duas reduções: a de que a aposentadoria seria apenas um procedimento burocrático e a de que o envelhecimento, isoladamente, explicaria o desgaste profissional. Ao explorar a tensão entre saúde, permanência na escola e segurança financeira, pretende-se explicitar questões que poderão orientar investigação posterior junto a

professores da rede estadual, sem antecipar suas experiências ou atribuir a eles percepções ainda não conhecidas.

A escolha da rede estadual baiana como referência não pressupõe que todas as unidades escolares ofereçam as mesmas condições de trabalho. A extensão territorial, as diferenças de infraestrutura e as singularidades sociais das comunidades atendidas tornam inadequada qualquer descrição uniforme da docência pública. No plano teórico, essa heterogeneidade exige observar como condições institucionais comuns — regime de carreira, normas previdenciárias e orientações de gestão — se articulam com experiências de trabalho distintas. Por isso, o argumento do ensaio não atribui a todos os docentes uma trajetória de adoecimento, tampouco considera a aposentadoria inevitavelmente desejada. Seu foco são tensões possíveis que ganham relevância na fase de pré-aposentadoria e cuja incidência concreta deverá ser examinada em pesquisa posterior.

Percurso teórico-metodológico

Este trabalho configura-se como ensaio teórico de natureza qualitativa e orientação bibliográfica, complementado pela discussão de documentos normativos relacionados à previdência dos servidores públicos baianos. Seu propósito é articular criticamente conceitos e argumentos presentes na literatura e formular uma interpretação possível para o problema proposto, sem produzir generalizações estatísticas ou relatar dados de campo.

O corpus bibliográfico mobilizado no texto reúne obras de referência acerca de saberes e identidade docente, qualidade de vida no trabalho, sofrimento e adoecimento, valorização profissional, envelhecimento e aposentadoria. Entre os interlocutores encontram-se Tardif (2014), Esteve (1999), Dejours (2018), Walton (1973) e Nóvoa (2022), além de pesquisas acadêmicas recentes já relacionadas nas referências do manuscrito. São considerados, no plano normativo, a Emenda Constitucional estadual n. 26/2020, a Lei estadual n. 14.250/2020 e o Manual de Aposentadoria da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (Bahia, 2020a, 2020b, 2023).

A organização da discussão responde a quatro núcleos interdependentes: (a) trabalho, carreira e envelhecimento profissional; (b) qualidade de vida nas dimensões físicas, psíquicas, sociais e institucionais; (c) valorização, precarização e adoecimento; e (d) reforma previdenciária, planejamento e pré-aposentadoria. A seleção das obras atende à pertinência dos conceitos discutidos e não pretende oferecer levantamento exaustivo. Não foi realizado

protocolo de revisão sistemática com bases, descritores e critérios de elegibilidade previamente registrados, razão pela qual as análises têm alcance interpretativo.

Os documentos normativos são discutidos como contexto institucional da transição para a aposentadoria, não como prova de efeitos específicos sobre a saúde mental, as decisões financeiras ou a duração real da carreira de determinados professores. A verificação dessas repercussões requereria análise individual de regras aplicáveis, dados administrativos ou relatos de docentes, procedimentos não realizados neste ensaio.

A leitura bibliográfica foi orientada pela aproximação entre conceitos, e não por uma contagem de publicações ou por procedimentos de revisão sistemática. De um lado, obras sobre saberes docentes e identidade profissional permitem problematizar o significado do tempo de carreira; de outro, estudos sobre saúde, qualidade de vida e precarização oferecem categorias para interpretar a organização do trabalho. A documentação previdenciária acrescenta a dimensão normativa dessa discussão. Esse movimento de aproximação demanda cuidado para não atribuir a estudos realizados em outras redes de ensino resultados diretamente transferíveis à Bahia. Assim, argumentos oriundos de contextos diversos são empregados como referências interpretativas, não como retrato empírico dos professores estaduais baianos.

Trabalho, carreira e envelhecimento profissional docente

A carreira docente é constituída por aprendizagens que ultrapassam a formação inicial. Ao interpretar situações de ensino, lidar com diferenças entre turmas e estabelecer vínculos com estudantes, o professor mobiliza saberes profissionais produzidos e reelaborados na experiência. Tardif (2014) permite compreender esses saberes como parte da constituição histórica da docência; Nóvoa (2022) reforça a importância da profissão e de sua dimensão coletiva. Desse ponto de vista, a longa permanência na escola pode representar patrimônio pedagógico que merece reconhecimento.

Essa valorização da experiência não autoriza romantizar o tempo de carreira. A continuidade do trabalho pode ocorrer sob jornadas extensas, demandas administrativas e conflitos que não se distribuem igualmente entre escolas, territórios e sujeitos. A idade tampouco constitui medida automática de capacidade laboral: condições de saúde, trajetórias pessoais, recursos disponíveis e organização institucional interferem na forma pela qual cada docente vivencia o trabalho. É mais adequado tratar o envelhecimento profissional como processo heterogêneo do que como etapa uniformemente marcada por declínio.

O conhecimento profissional construído no cotidiano não pode ser reduzido ao domínio de conteúdos disciplinares. Ao longo da carreira, o professor aprende a reconhecer dificuldades recorrentes de aprendizagem, elaborar intervenções, dialogar com famílias, interpretar situações de conflito e compreender o funcionamento informal e formal da escola. Na perspectiva dos saberes profissionais, essa experiência é dinâmica: transforma-se diante de novos estudantes, mudanças curriculares e diferentes tecnologias. O reconhecimento desse percurso não significa supor que profissionais mais antigos estejam dispensados da formação continuada. Significa defender que ações formativas precisam dialogar com os repertórios já desenvolvidos, criando relações de troca intergeracional, em lugar de apresentar a experiência anterior como insuficiência a ser simplesmente superada (Tardif, 2014; Nóvoa, 2022).

O conceito de envelhecimento profissional, empregado aqui em sentido analítico, refere-se à interação entre tempo de carreira, mudanças nas exigências da profissão, condições de trabalho, transformações corporais e expectativas diante da continuidade ou do encerramento da atividade. A expressão não deve ser confundida com uma categoria previdenciária formal. Já a pré-aposentadoria designa, neste ensaio, o período de aproximação da possível saída do trabalho e de reorganização de projetos pessoais e profissionais; seu início não é fixado por uma idade universal.

A contribuição interpretativa proposta neste ensaio consiste em compreender a pré-aposentadoria como uma articulação entre três temporalidades que não avançam necessariamente no mesmo ritmo. A temporalidade profissional diz respeito aos anos de experiência, aos saberes constituídos e às mudanças nas condições de ensinar; a temporalidade biográfica envolve saúde, vínculos, responsabilidades familiares e projetos de vida; e a temporalidade previdenciária corresponde aos requisitos e às possibilidades jurídicas de acesso ao benefício. Quando essas temporalidades se desencontram, a proximidade subjetiva do encerramento da carreira pode não coincidir com a elegibilidade formal para a aposentadoria. Esse desencontro constitui uma chave de leitura, não uma característica presumida de todos os docentes baianos.

Os estudos sobre envelhecimento e decisão de aposentadoria sugerem que motivos econômicos, condições de saúde, vínculos sociais e identidade ocupacional podem combinar-se de maneiras diversas (Aquino, 2022; Camargo, 2023). Há docentes que desejam prolongar a atividade por satisfação profissional, enquanto outros podem atribuir à aposentadoria o sentido de proteção diante do cansaço. Sem escutar os próprios professores, não é possível estabelecer a frequência nem o significado dessas experiências na rede baiana.

A distinção entre envelhecimento cronológico, funcional e profissional ajuda a evitar decisões administrativas baseadas apenas na idade. O primeiro corresponde ao tempo de vida, o segundo diz respeito às condições de desempenho em atividades concretas e o terceiro considera as relações entre trajetória laboral, organização escolar e perspectivas de continuidade. Nenhuma dessas dimensões, isoladamente, permite definir a capacidade de um professor para permanecer em sala de aula. Avaliações de necessidades, adaptações e possibilidades de participação devem considerar condições efetivas de saúde e de trabalho, sem pressupor fragilidade ou resistência à inovação entre os docentes mais experientes.

A escola pode reconhecer a experiência dos docentes mais antigos mediante iniciativas de colaboração pedagógica, acompanhamento de iniciantes, participação em decisões e transmissão da memória institucional. Essas possibilidades, contudo, não devem ser transformadas em tarefas adicionais compulsórias para quem já enfrenta sobrecarga. O reconhecimento exige condições concretas de trabalho, não apenas elogios à dedicação ou ao compromisso com a educação.

Uma política sensível às diferentes fases da carreira poderia articular atenção à saúde, acessibilidade de processos administrativos, formação continuada e diálogo sobre as necessidades dos servidores. O ponto central não é propor tratamento homogêneo aos docentes mais velhos, mas reconhecer diferenças de percurso e evitar que a experiência acumulada se torne invisível na gestão da vida escolar.

Nesse processo, a preparação para a aposentadoria pode ser concebida como parte da própria política de carreira, e não apenas como serviço ofertado nos meses que antecedem o requerimento do benefício. Espaços de orientação, escuta e planejamento podem ajudar a elaborar dúvidas sobre a mudança de rotina, a reorganização das relações sociais e a continuidade de projetos pessoais. Também podem contribuir para que o conhecimento acumulado permaneça acessível à comunidade escolar por meio de ações voluntárias e institucionalmente reconhecidas de mentoria, memória pedagógica e colaboração. Essas possibilidades não devem converter-se em obrigação adicional para profissionais já sobrecarregados: o reconhecimento de saberes requer condições e respeito à liberdade de escolha do docente.

Qualidade de vida no trabalho: dimensões físicas, psíquicas e sociais

A qualidade de vida no trabalho é um conceito multidimensional, cuja interpretação envolve remuneração, segurança, condições de exercício profissional, autonomia,

reconhecimento e possibilidade de conciliação entre trabalho e outras esferas da vida. A contribuição clássica de Walton (1973) ajuda a afastar definições restritas ao bem-estar subjetivo ou à satisfação momentânea. Na docência, essa amplitude é decisiva porque a qualidade de vida depende tanto da organização escolar quanto dos recursos de que o profissional dispõe para desempenhar suas atividades.

A dimensão física envolve ambientes de ensino, ruídos, uso frequente da voz, posturas de trabalho, deslocamentos e tempo de recuperação. Exigências inerentes à atividade não equivalem, por si só, a adoecimento; tornam-se riscos relevantes conforme intensidade, duração e disponibilidade de prevenção. Estudos sobre condições de trabalho e saúde docente oferecem pistas importantes, mas não substituem avaliação específica das escolas estaduais baianas (Azevêdo, 2024; Borges, 2023).

A exposição ocupacional adquire relevância quando se considera sua repetição ao longo dos anos. O uso intenso da voz, a permanência prolongada em pé, os deslocamentos e a necessidade de atenção contínua nem sempre produzem efeitos imediatamente visíveis. Além disso, a dinâmica da sala de aula pode exigir rápida alternância entre explicação, mediação de conflitos e acompanhamento individualizado de estudantes. Esses aspectos não justificam concluir que a docência necessariamente adoece, mas sustentam a necessidade de prevenção e acompanhamento, sobretudo quando aparecem queixas persistentes ou histórico de afastamentos. Medidas de cuidado vocal, adequações ergonômicas e revisão de condições ambientais precisam ser pensadas como responsabilidades institucionais e não apenas como orientações individuais de autocuidado (Borges, 2023).

A dimensão psíquica está associada ao sentido atribuído ao trabalho, à possibilidade de exercer julgamento profissional, à gestão de conflitos e às formas de reconhecimento. Dejours (2018) permite abordar a relação entre organização do trabalho e sofrimento sem reduzir problemas institucionais a supostas fragilidades individuais. Esteve (1999), ao discutir o mal-estar docente, também contribui para situar pressões e expectativas contraditórias dirigidas à profissão. Tais referenciais não permitem afirmar que todo sofrimento tenha origem exclusiva no trabalho; antes, orientam a investigação das mediações entre condições laborais e experiências subjetivas.

A dimensão social contempla solidariedade entre colegas, relações com a gestão, estudantes e famílias, participação nas decisões e pertencimento à comunidade escolar. Os vínculos construídos ao longo da carreira podem constituir fontes de apoio e reconhecimento, mas também tornar emocionalmente complexo o desligamento. Dessa perspectiva, a

aposentadoria não significa simplesmente a interrupção de tarefas remuneradas: pode envolver transformações nas relações, na rotina e nas referências identitárias (Camargo, 2023).

A abordagem multidimensional permite também distinguir fatores de risco e recursos de proteção. Uma jornada intensa, por exemplo, pode representar exigência elevada, enquanto autonomia decisória, apoio coletivo, tempo institucional de planejamento e acompanhamento de saúde podem modificar o modo como essa exigência é vivida. A análise não deve, portanto, somar indiscriminadamente indicadores de sofrimento, mas interrogar a relação entre demandas, meios disponíveis e possibilidades efetivas de realização do trabalho pedagógico. Essa distinção evita que a qualidade de vida seja descrita apenas pela ausência de adoecimento e recoloca a organização escolar no centro do debate.

A dimensão institucional diz respeito à organização da jornada, à distribuição de turmas e responsabilidades, à infraestrutura, à remuneração, às possibilidades de formação e aos canais de orientação funcional. Quando os sistemas valorizam apenas o cumprimento de metas, há risco de negligenciar o trabalho não mensurável: acolhimento, mediação de conflitos, preparação de aulas, acompanhamento individualizado e construção coletiva do projeto educativo (Nóvoa, 2022).

A sobrecarga não se esgota no número formal de aulas atribuídas ao professor. Planejamento, correção de atividades, elaboração de instrumentos avaliativos, registros em plataformas, atendimento a estudantes e comunicação com famílias podem estender a jornada para horários destinados ao descanso. A discussão de qualidade de vida precisa considerar essa diferença entre tempo contratado e tempo efetivamente mobilizado para manter a atividade pedagógica. Quando a conectividade permanente transforma cada mensagem em demanda urgente, a fronteira entre vida profissional e vida privada torna-se mais frágil. Trata-se de questão especialmente relevante para docentes com longas trajetórias de trabalho, embora não exclusiva deles, e que demanda regras de organização, definição de prioridades e respeito ao tempo de recuperação física e psíquica (Calmon, 2023).

As experiências da pandemia de covid-19 e da intensificação da comunicação digital reforçam a necessidade de examinar limites entre trabalho e descanso. Plataformas e mensagens podem favorecer coordenação pedagógica, mas também multiplicar exigências fora da jornada quando não existem acordos institucionais adequados. A literatura sobre teletrabalho e saúde emocional ajuda a discutir essas tensões, ressalvadas as diferenças entre os contextos estudados e a educação básica estadual (Calmon, 2023; Matos, 2022).

Nas fases finais da carreira, qualidade de vida e aposentadoria tornam-se dimensões relacionadas, embora não equivalentes. Um professor pode desejar continuar trabalhando em

condições satisfatórias, enquanto outro pode procurar desligamento por motivos financeiros, familiares ou de saúde. A questão de política pública consiste em oferecer informação e condições de exercício profissional para que escolhas sejam menos determinadas por desproteção, incerteza ou falta de apoio.

As relações coletivas se tornam particularmente importantes quando a escola atravessa mudanças de gestão, redefinições curriculares ou reorganização de equipes. Nessas circunstâncias, a participação dos docentes experientes pode favorecer a continuidade de projetos e o compartilhamento de conhecimentos sobre a comunidade escolar. Se as decisões são tomadas sem diálogo, contudo, o tempo de carreira pode deixar de ser reconhecido como experiência e passar a ser percebido apenas como antiguidade funcional. O problema ultrapassa a satisfação individual: envolve justiça organizacional, cooperação entre gerações e condições concretas de participação nas escolhas que modificam a rotina pedagógica (Nóvoa, 2022).

Valorização, precarização e adoecimento: uma leitura crítica

A valorização profissional compreende salário e carreira, mas não se esgota neles. Inclui autonomia, participação nas decisões, reconhecimento dos saberes construídos e proteção à saúde. Quando a valorização é reduzida a discursos de gratidão, corre-se o risco de invisibilizar as condições necessárias ao trabalho pedagógico. Em sentido oposto, reconhecer o docente como trabalhador e produtor de conhecimento significa considerar as exigências materiais e simbólicas da profissão (Tardif, 2014; Nóvoa, 2022).

A precarização pode assumir formas distintas: insuficiência de recursos, instabilidade de políticas, intensificação burocrática, restrição de autonomia ou aumento das tarefas sem tempo institucional correspondente. Esses fenômenos não devem ser supostos idênticos em toda a rede pública; sua identificação demanda situar condições históricas e administrativas. A discussão crítica sobre racionalidades de produtividade no setor público amplia o debate, mas exige cuidado ao transpor conclusões entre profissões e instituições (Araújo, 2022).

Uma consequência dessa interpretação é que propostas de adaptação do trabalho precisam ser construídas mediante escuta e avaliação das necessidades reais, e não por presunções baseadas exclusivamente na idade ou na antiguidade funcional. Medidas como fortalecimento da formação continuada, cuidado com a saúde vocal, gestão mais transparente da carga de trabalho e acolhimento de demandas específicas beneficiam a comunidade escolar quando observam critérios públicos e preservam a autonomia do professor. A valorização dos

docentes experientes também inclui evitar que funções de mentoria se convertam em uma segunda jornada não reconhecida.

É necessário diferenciar precarização material de intensificação organizacional do trabalho. A primeira remete, entre outros aspectos, a insuficiência de equipamentos, espaços inadequados e falta de pessoal; a segunda pode ocorrer mesmo em escolas com recursos disponíveis, quando metas, sistemas de controle e registros administrativos se multiplicam sem revisão proporcional das tarefas. A combinação desses processos limita o tempo dedicado ao planejamento e pode estreitar a autonomia pedagógica. Essa discussão permite deslocar o foco de uma suposta incapacidade individual de adaptação para a pergunta sobre como as condições institucionais afetam a realização de um trabalho considerado pedagogicamente adequado. Reconhecer essa dimensão estrutural não elimina as diferenças entre escolas e profissionais, mas impede que todo o problema seja devolvido ao indivíduo (Esteve, 1999; Dejours, 2018).

As relações entre precarização e adoecimento tampouco são lineares. Características pessoais, trajetórias clínicas, apoio social e condições específicas de trabalho participam da experiência de saúde. Pesquisas sobre afastamentos, sofrimento psíquico e saúde emocional docente (Ribas, 2021; Gomes, 2023; Freitas, 2025; Peixoto, 2025) contribuem para problematizar mecanismos institucionais de proteção e prevenção, sem autorizar atribuição causal automática da doença ao exercício profissional.

A aproximação da aposentadoria torna relevante indagar se políticas de gestão reconhecem a diversidade de condições entre profissionais com longos percursos. É possível examinar medidas como orientação previdenciária, acompanhamento preventivo de saúde, ajustes funcionais quando cabíveis e escuta dos docentes. Entretanto, a defesa de medidas de proteção não deve ser confundida com a ideia de incapacidade generalizada dos trabalhadores mais experientes.

Há ainda uma dimensão pedagógica da saúde docente: afastamentos e instabilidade das equipes podem afetar o planejamento, a continuidade de projetos e a relação com estudantes. Por isso, a promoção de condições de trabalho saudáveis não diz respeito apenas ao interesse individual do servidor. Integra a reflexão sobre sustentabilidade das políticas educacionais e sobre as possibilidades de uma escola que cuide de quem ensina sem transferir ao professor toda a responsabilidade pelo funcionamento institucional.

Uma política de valorização que contemple o final da carreira precisa combinar medidas universais de melhoria das escolas com respostas às necessidades efetivamente identificadas entre os profissionais. Não se trata de presumir que todos necessitem de redução de atividades, mas de assegurar avaliação justa de condições de saúde, orientação funcional acessível e

possibilidade de adaptações quando cabíveis. Igualmente importante é impedir que eventuais limitações sejam interpretadas como perda de valor profissional. A experiência acumulada pode sustentar outras formas de contribuição pedagógica, sem que isso implique afastamento automático da sala de aula ou imposição de atribuições informais. O cuidado com o trabalhador deve ser acompanhado do reconhecimento de sua autonomia, evitando tanto a indiferença institucional quanto o tratamento paternalista.

Reforma previdenciária baiana de 2020 e a pré-aposentadoria docente

A reforma previdenciária do Estado da Bahia, materializada na Emenda Constitucional n. 26/2020 e em medidas normativas correlatas, integra o contexto institucional em que servidores estaduais planejam sua aposentadoria. Sua análise exige distinguir as regras jurídicas de acesso ao benefício, as trajetórias funcionais individuais e as experiências subjetivas que podem acompanhar a mudança normativa (Bahia, 2020a, 2020b).

A documentação oficial ajuda a identificar a diversidade das situações previdenciárias dos docentes. O Manual de Aposentadoria da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia apresenta, entre as possibilidades aplicáveis ao magistério, regra de transição prevista no art. 4º, § 1º, da Emenda Constitucional n. 26/2020, que combina idade mínima, tempo de contribuição, efetivo exercício no serviço público e pedágio de contribuição para os servidores a quem a regra se aplica. O enquadramento depende da trajetória funcional, e a existência de regras distintas impede deduzir, apenas a partir do ano da reforma, se determinado professor terá de prolongar sua carreira ou como seus proventos serão calculados (Bahia, 2020a, 2023).

Os requisitos e as regras de transição não se aplicam indistintamente a todos os docentes. Data de ingresso no serviço público, idade, tempo de contribuição, histórico de exercício em funções de magistério e enquadramento funcional interferem na análise de cada situação. A existência de modalidades distintas de aposentadoria, descritas no Manual da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, impede concluir que a reforma tenha imposto igual prolongamento de carreira ou idêntica forma de cálculo dos proventos a todos os profissionais (Bahia, 2023).

Essa heterogeneidade tem consequências teóricas. A aposentadoria é simultaneamente um direito regulado por requisitos objetivos e uma expectativa biográfica construída ao longo do tempo. Reformas podem exigir recálculo de projetos, revisão de previsões financeiras ou busca de informações especializadas, mas tais repercussões não ocorrem de forma invariável.

É precisamente a distância entre norma e experiência vivida que merece investigação com professores em pré-aposentadoria.

Para examinar a reforma, importa distinguir os planos jurídico, administrativo e da experiência vivida. No primeiro situam-se requisitos de acesso, regras de transição e condições de cálculo. No segundo estão a orientação oferecida ao servidor, a documentação exigida e a tramitação dos processos. O terceiro diz respeito ao modo como o docente percebe a própria trajetória e interpreta as possibilidades de permanecer ou se aposentar. As evidências adequadas a cada plano diferem: a norma permite descrever direitos e requisitos, os registros administrativos podem esclarecer procedimentos, enquanto relatos dos professores são necessários para conhecer expectativas e decisões. Por isso, a leitura jurídica da reforma, por si só, não comprova impactos sobre a saúde ou a qualidade de vida de um grupo específico.

Uma hipótese interpretativa central deste ensaio é a existência de possível tensão entre preservação da saúde e segurança financeira. Docentes que percebem desgaste podem desejar encerrar a atividade, mas considerações sobre renda futura, requisitos legais ou vínculos profissionais podem influenciar a decisão de permanecer. Essa formulação não é resultado empírico sobre a Bahia; trata-se de problema de pesquisa construído no diálogo entre a literatura sobre trabalho, envelhecimento e aposentadoria (Aquino, 2022; Camargo, 2023) e o contexto normativo estadual.

A questão previdenciária, sob esse prisma, não pode ser isolada das condições de trabalho. Se o período de permanência na escola se estende, importa conhecer em que condições esse trabalho será realizado e se existem mecanismos de cuidado e orientação. Ao mesmo tempo, é necessário evitar pressupor que a permanência de um professor experiente seja necessariamente involuntária ou prejudicial. Autonomia de escolha e condições concretas de exercício são variáveis analíticas essenciais.

A tensão entre saúde e renda torna-se mais compreensível quando se reconhece que a decisão de aposentadoria raramente se resume a uma preferência individual livre de condicionamentos. O trabalhador pode avaliar o valor esperado dos proventos, as necessidades familiares, o desejo de permanecer ativo, suas condições de saúde e os vínculos construídos na escola. Ao mesmo tempo, a legislação pode oferecer caminhos de transição diferentes a profissionais que compartilham a mesma unidade escolar. Isso impede generalizar a existência de um único dilema para todos os docentes, mas torna pertinente investigar em quais situações a busca por segurança econômica influencia a permanência no trabalho, e como tal decisão se articula com a percepção de qualidade de vida (Aquino, 2022; Camargo, 2023).

O abono de permanência também merece consideração na análise de trajetórias profissionais. Sua existência pode participar das decisões de servidores que preencham condições legais para usufruí-lo, mas não deve ser apresentado como incentivo automaticamente aplicado a todos os docentes ou como evidência suficiente de que permaneceram em atividade por motivos exclusivamente econômicos. O sentido atribuído a esse instrumento depende da situação funcional e da experiência do trabalhador.

A orientação previdenciária pode cumprir uma função educativa e preventiva. Informações fragmentadas sobre requisitos, datas e formas de cálculo dificultam o planejamento, especialmente quando circulam por conversas informais ou por interpretações que não consideram particularidades do vínculo funcional. Uma política institucional consistente deveria facilitar o acesso a documentos oficiais e oferecer atendimento individualizado, deixando claro o que está efetivamente previsto em norma e o que depende de análise administrativa específica. Esse cuidado não substitui a necessidade de exame jurídico em situações complexas, mas favorece decisões mais informadas. Também evita que a falta de compreensão das regras seja confundida com incapacidade do professor de planejar seu futuro (Bahia, 2023).

A dimensão identitária da transição igualmente precisa ser reconhecida. A carreira docente envolve vínculos sociais, hábitos, reconhecimento e participação na vida pública. Mesmo quando juridicamente possível, o desligamento pode envolver sentimentos ambivalentes. Desse modo, programas de preparação para aposentadoria podem contemplar não só informações legais, mas também planejamento pessoal, escuta e reconhecimento dos conhecimentos produzidos na trajetória escolar.

O argumento proposto não é o de que a previdência seja responsável isolada por processos de adoecimento, mas o de que regras de aposentadoria, condições de trabalho e expectativas individuais formam um campo de relações que merece análise integrada. Reduzir a discussão à conta previdenciária apagaria dimensões importantes da vida docente; atribuir à reforma todos os efeitos sobre a saúde, por sua vez, excederia a evidência disponível.

Para o desenvolvimento futuro da investigação, surgem questões: como os professores interpretam as mudanças nas regras? Qual é a relação entre suas expectativas de aposentadoria e a percepção da própria saúde? Que formas de orientação encontram? Como avaliam possibilidades de permanência, saída e reconhecimento? Essas perguntas podem ser abordadas empiricamente sem pressupor respostas e sem transformar hipóteses teóricas em conclusões antecipadas.

A articulação das temporalidades profissional, biográfica e previdenciária, apresentada neste artigo, oferece uma hipótese para investigar as situações em que o tempo de serviço acumulado, as condições pessoais e a elegibilidade legal não coincidem. Seu interesse analítico reside menos em prever um desfecho do que em permitir comparações entre trajetórias concretas, inclusive entre professores que desejam continuar ensinando e aqueles que projetam o desligamento. A interpretação deverá ser examinada à luz de documentos funcionais e relatos dos docentes, podendo ser revista caso as experiências observadas não sustentem as relações aqui propostas.

Essas questões indicam possibilidades concretas de aprofundamento empírico. A investigação futura poderá contemplar percepções sobre carga de trabalho, saúde, expectativas de aposentadoria, compreensão das regras de transição e formas de apoio institucional, sem pressupor previamente que todos os professores vivenciem essas dimensões da mesma maneira. Será relevante considerar diferenças de tempo de ingresso no serviço público, etapas de ensino, contexto escolar e trajetória funcional. A escuta dos docentes poderá revelar tanto experiências de desgaste e insegurança quanto situações de satisfação profissional, continuidade desejada e redes de apoio. Desse modo, a pesquisa empírica poderá tensionar, confirmar parcialmente ou reformular as hipóteses interpretativas apresentadas neste ensaio.

Considerações finais

A discussão desenvolvida neste ensaio teórico permitiu refletir sobre as relações entre trabalho, carreira, envelhecimento profissional e qualidade de vida dos docentes da educação básica pública estadual da Bahia, considerando o contexto da reforma previdenciária instituída pela Emenda Constitucional n. 26/2020. A articulação dos referenciais examinados indica que a pré-aposentadoria ultrapassa aspectos administrativos e requisitos formais de contribuição, constituindo etapa atravessada por dimensões subjetivas, sociais, financeiras e identitárias.

O envelhecimento profissional não se reduz à idade cronológica nem equivale automaticamente ao adoecimento. Seus significados dependem das condições concretas de exercício da profissão, das oportunidades de autonomia e reconhecimento e das experiências acumuladas ao longo do percurso. A longa carreira pode reunir saberes valiosos, pertencimento e satisfação com o trabalho, mas também situações de cansaço, sobrecarga e vulnerabilidade; o desafio analítico consiste em compreender essa coexistência sem generalizações.

A literatura discutida chama atenção para a possibilidade de invisibilidade institucional dos professores na fase final da carreira, particularmente quando a gestão do trabalho não considera demandas de saúde, formação, orientação funcional e planejamento da transição. A valorização do magistério, assim, precisa incluir medidas concretas de proteção e reconhecimento, respeitando diferenças individuais e evitando associar antiguidade a incapacidade.

Quanto à reforma previdenciária baiana de 2020, sua relevância reside não somente nas disposições jurídicas, mas nas perguntas que suscita acerca da reorganização das expectativas de aposentadoria. A tensão entre preservação da saúde e segurança financeira emerge como eixo teórico promissor: a eventual necessidade ou escolha de permanecer trabalhando pode envolver cálculo de renda, vínculos profissionais, condição de saúde e compreensão das regras aplicáveis. Contudo, não se afirma que esse dilema se manifeste da mesma forma entre todos os docentes estaduais.

No âmbito das políticas públicas, a integração entre educação, saúde ocupacional e gestão previdenciária permite distribuir responsabilidades que não deveriam recair exclusivamente sobre o docente. À administração educacional cabem condições adequadas de trabalho e canais de escuta. Aos serviços de saúde do trabalhador compete a prevenção e o acompanhamento de necessidades identificadas. À gestão previdenciária corresponde oferecer orientação clara sobre direitos, requisitos e procedimentos, respeitadas as particularidades funcionais.

Do ponto de vista das políticas públicas, essa articulação requer mais do que intervenções pontuais no momento da aposentadoria. A prevenção do adoecimento, o acesso a informação funcional compreensível, a possibilidade de escuta qualificada e o respeito à experiência pedagógica precisam acompanhar a trajetória docente em suas diferentes etapas. A preparação para o desligamento pode, então, constituir uma dimensão de cuidado institucional integrada à gestão de pessoas, à valorização profissional e à política educacional, sem substituir a responsabilidade estatal pelas condições cotidianas de trabalho. Trata-se de uma direção argumentativa sustentada pela discussão teórica, cuja implementação e pertinência em contextos concretos demandam avaliação posterior.

Como limite, ressalta-se que o trabalho é um ensaio teórico baseado em bibliografia e documentos normativos: não houve entrevistas, questionários, levantamento de trajetórias funcionais ou mensuração dos impactos da reforma sobre a qualidade de vida. Também não se trata de revisão sistemática com protocolo reprodutível. Por essa razão, as proposições

formuladas devem ser lidas como interpretações fundamentadas e questões para pesquisa, e não como resultados empíricos acerca da rede estadual da Bahia.

Conclui-se que discutir a pré-aposentadoria docente implica reconhecer o professor como trabalhador, sujeito de direitos e produtor de saberes, cuja trajetória não pode ser reduzida à contagem previdenciária do tempo de serviço. Espera-se que a reflexão subsidie novos estudos com docentes da educação básica estadual e contribua para ampliar o debate sobre condições de trabalho, envelhecimento, proteção social e encerramento digno da carreira.

Referências

AQUINO, Rafael Lemes de. **Envelhecimento, trabalho e aposentadoria:** análise da tomada de decisão relacionada ao trabalho em adultos mais velhos. 2022. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

ARAÚJO, Álison Cleiton de. **A mercadorização dos serviços sociais públicos:** tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

AZEVÊDO, Zildete Soares Aranha. **Condições de trabalho e qualidade de vida do docente do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Pindaí**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Educação, Vitória da Conquista, 2024.

BAHIA. **Emenda Constitucional n. 26, de 31 de janeiro de 2020**. Modifica regras relativas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2020a.

BAHIA. **Lei n. 14.250, de 18 de fevereiro de 2020**. Altera a Lei n. 6.677, de 26 de setembro de 1994, a Lei n. 11.357, de 06 de janeiro de 2009, e dá outras providências. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2020b.

BAHIA. Procuradoria Geral do Estado. **Manual de aposentadoria:** Emendas à Constituição Estadual n. 26/2020 e n. 27/2021. Salvador: PGE, 2023. Disponível em: https://www.ba.gov.br/pge/sites/site-pge/files/2025-10/Manual-Aposentadoria-web.pdf. Acesso em: 8 out. 2026.

BORGES, Juliana dos Santos. **Saúde e adoecimento de professores de Ciências e Matemática da rede municipal de Educação de Uberaba**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2023.

CALMON, Carolina Sotelo Pinheiro Du Pin. **Qualidade de vida no teletrabalho (e-QVT):** representações de servidores públicos e transformações necessárias. 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CAMARGO, Carla Roseane de Sales. **Os professores aposentados da rede estadual de educação do Paraná, do município de Sengés PR:** analogias entre aposentadoria, trabalho e envelhecimento. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente:** a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc, 1999.

FREITAS, Kerginaldo Luiz de. **Por trás da sala de aula:** um estudo acerca dos afastamentos docentes. 2025. 215 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2025.

GOMES, Maria Deusimar Rios. **Saúde emocional de docentes da educação infantil e suas implicações na prática pedagógica**. 2023. 121 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2023.

MATOS, Ronaldo dos Santos. **Processos psicossociais de sofrimento e adoecimento em professores da rede pública de São Paulo durante a pandemia**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

NÓVOA, António. **Escolas e professores:** proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022.

PEIXOTO, Ríquison Barbosa. **O adoecimento psíquico entre professores na rede pública de ensino municipal de Ibitirama ES**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) – Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2025.

RIBAS, Nathalie Yelena Plucinski Cardoso. **Absenteísmo e adoecimento de professores e o impacto no ensino da rede municipal de educação de Uruguaiana RS.** 2021. 100 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WALTON, Richard E. Quality of working life: what is it? **Sloan Management Review**, Cambridge, v. 15, n. 1, p. 11-21, 1973.

Sobre as autoras

Claudia Cristiane Andrade Barros. Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciada em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática. Professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq).
Contribuição de autoria: conceituação, metodologia, investigação, redação – rascunho original e redação – revisão e edição.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5653876305528812

Franciny D'Esquivel Dutra Brizola. Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduada em Direito pela UNIFENAS e especialista em Gestão Pública e Gestão Universitária. Analista Universitária da UESB e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq).
Contribuição de autoria: investigação, análise formal e redação – revisão e edição.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2467364401712067

Berta Leni Costa Cardoso. Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq).
Contribuição de autoria: supervisão, conceituação e redação – revisão e edição.
Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/3678984365375736

Como referenciar

BARROS, Claudia Cristiane Andrade; BRIZOLA, Franciny D'Esquivel Dutra; CARDOSO, Berta Leni Costa. Trabalho, carreira e envelhecimento profissional docente: reflexões sobre a pré-aposentadoria na educação da Bahia. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, e21075, 2026. DOI: 10.22481/praxisedu.v22i53.21075.